



GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EJA: POSSIBILIDADES PARA ASSEGURAR A PERMANÊNCIA DE PROFESSORES E ALUNOS

Adenir Carvalho Rodrigues;

Mestre em Educação e Diversidade - UNEB, Professor da Educação Básica da Secretaria Estadual de Educação da Bahia, Coordenador de Controle Social da Prefeitura Municipal de Bonito/BA; Grupo de Pesquisa em Estudos em Diversidade, Formação, Educação Básica e Discursos – DIFEBA, adcfilos79@hotmail.com

Cristiane Kuhn de Oliveira;

Mestra em Educação e Diversidade - UNEB, Coordenadora Pedagógica do Município de Irecê/BA e de Jussara/BA, Grupo de Estudos em Diversidade, Formação, Educação Básica e Discursos – DIFEBA, cristiane-kuhn@hotmail.com

Jerônimo Jorge Cavalcante Silva.

Doutor em Educação- Universidade Autônoma de Barcelona; Professor da Universidade do Estado da Bahia; Grupo de Pesquisa em Estudos em Diversidade, Formação, Educação Básica e Discursos – DIFEBA; jorgeazul53@gmail.com

EIXO TEMÁTICO: GESTÃO ESCOLAR E EDUCACIONAL NA EJA

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos possui especificidades que a torna complexa por envolver vários fatores, entre eles as condições geracionais, sociais, econômicas e culturais dos seus participantes. Pelos próprios fundamentos históricos e epistemológicos desta modalidade é necessário que a escola esteja pautada nos princípios da gestão democrática. Este estudo tem como objetivo analisar a atuação dos gestores do município de Bonito/BA com foco na participação democrática como possibilidades para assegurar a permanência de professores e alunos na EJA apesar da história de fracassos e desistências repetidas. No campo empírico foram realizadas observações e aplicados questionários para gestor, professores e alunos a fim de que o objetivo fosse alcançado. O resultado desta pesquisa mostra que tem ocorrido uma suposta gestão democrática, onde a participação dos alunos e dos professores não são fomentadas, e por força dos modos de conduzir a gestão são na maioria das vezes impedidos de participar de forma ativa, o que tem levado a contradizer os princípios da participação da comunidade e do protagonismo do público da EJA que por suas experiências e histórias de vida precisam sentir parte efetiva do processo da sua educação para dar sentido aos modos de permanecer na escola, mesmo tendo que vencer todo tipo de adversidade.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos 1; Gestão democrática 2; Permanência na EJA 3.

INTRODUÇÃO

O princípio da gestão democrática nas escolas tem sido presente nas discussões que permeiam a qualidade em educação, sobretudo na educação pública. As reflexões sobre o tema ganharam ênfase a partir da Constituição cidadã de 1988, que apresenta em um dos seus princípios a gestão democrática, no artigo 206, inciso VI. O mesmo princípio é reforçado e



desdobrado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, quando em seu artigo 14 garante que os sistemas de ensino terão autonomia para definir as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, da participação das comunidades escolares e local, em conselhos escolares ou equivalentes.

Dessa forma, a questão que direcionou a busca por respostas no âmbito da gestão democrática nas escolas do município foi: Como a gestão democrática pode contribuir para possibilitar que professores e alunos permaneçam na modalidade da EJA apesar de todas as formas de adversidade próprias da modalidade?

Todavia, sabemos que para ocorrer a participação efetiva da comunidade, a mesma precisa se fazer presente como corpo integrante da vida da escola respaldada em seu Projeto Político Pedagógico e em seu Regimento Escolar, abordando com clareza as formas e os mecanismos dessa participação, bem como os meios que a própria escola disporá para incentivar os sujeitos inseridos no processo educativo, a desenvolverem o sentimento de pertencimento para com a escola da qual fazem parte.

O Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar são indispensáveis na estruturação de propostas que direcionem as práticas educacionais, pois comportam a realidade escolar, com dados sobre a aprendizagem, a relação com as famílias, a proposta curricular, a organização docente e a gestão administrativa. Todos estes elementos possuem características de identificação com a escola e caminham para a valorização das experiências vividas na escola, mas principalmente fora dela, reforçando os laços que unem os alunos, os professores, e toda comunidade escolar promovendo a garantia da permanência desses sujeitos.

GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR: REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DOS GESTORES

Os conceitos “administração da educação” ou “gestão da educação” confundem-se porque estão ligados ao conceito de gerência, administração, tomada de decisão, organização, direção, no entanto, a gestão da educação, ou gestão escolar vai além dos conhecimentos administrativos e pedagógicos por ser necessário o diálogo entre as partes envolvidas, para que se atinja o objetivo principal que é ensinar.



Percebe-se que a gestão educacional, a cada época se organiza e ressignifica para atender as demandas da sociedade, buscando um novo enfoque de organização nos sistemas educacionais, que não se trata apenas de uma mera substituição da terminologia, mas de um novo conceito de organização educacional, para que se superem as limitações e sejam modificadas. “A organização escolar é uma unidade social que reúne pessoas que interagem entre si, intencionalmente, operando por meio de estruturas e de processos organizativos próprios a fim de alcançar objetivos educacionais.” (LIBÂNEO, 2007, p. 316).

Nesse sentido, entende-se que os sistemas educacionais e os estabelecimentos de ensino devem ser entendidos enquanto organismos vivos e dinâmicos, caracterizados por uma rede de relações entre os elementos que nelas interferem, direta ou indiretamente e que sua direção demanda um novo enfoque de organização, entendida por gestão educacional, que corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, comprometido com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo. A gestão escolar como o próprio nome já diz, ocupa-se das atribuições que os estabelecimentos de ensino possuem, levando em consideração e respeitando as normas comuns dos sistemas de ensino.

Para que seja possível entender e conhecer as ações da gestão que interferem no processo escolar, faz-se necessário especificar mais detalhadamente o conceito de gestão escolar e a forma como acontece. A mesma foi dividida em cinco dimensões, sendo elas: a gestão pedagógica, a gestão de resultados educacionais, a gestão participativa, gestão de pessoas, gestão de serviços e recursos.

Assim sendo, a gestão pedagógica compreende os processos e práticas de gestão do trabalho pedagógico, orientados diretamente para assegurar o sucesso do processo ensino-aprendizagem e este deve ser pensado em consonância com o projeto pedagógico da escola. Para que isto ocorra, há que se levar em consideração os indicadores de qualidade, sendo eles: a atualização da proposta curricular, que deve se dar de forma periódica, o acompanhamento e monitoramento da aprendizagem dos estudantes, a adequação das inovações pedagógica ao currículo, as políticas de inclusão com equidade, os planejamentos da prática pedagógica e a organização do espaço e tempo escolares.



A gestão de resultados educacionais compreende os processos e práticas de gestão para a melhoria dos resultados de desempenho da escola, que diz respeito ao rendimento, frequência e proficiência dos estudantes, tomando por base os indicadores de gestão de resultados, sendo eles: a avaliação do projeto pedagógico; a análise, divulgação e utilização dos resultados alcançados para a melhoria das ações e práticas; a identificação dos níveis de satisfação da comunidade escolar e local e a transparência nos resultados.

A gestão participativa compreende os processos e práticas que respondam ao princípio da gestão democrática, cujos indicadores de qualidade são: o planejamento, execução e a avaliação do projeto pedagógico, retrato da escola, que precisa ser entendido de maneira coletiva; a participação ativa dos órgãos colegiados sejam eles, o conselho escolar, a APM, o grêmio estudantil dentre outros; além do estabelecimento de articulações e parcerias com a comunidade local.

A gestão de pessoas compreende os processos e práticas de gestão, visando o envolvimento e compromisso dos sujeitos que fazem parte do processo educativo no interior da escola e fora dela, para que seja desenvolvido o sentimento de pertencimento. Para tanto, é necessário se atentar para os indicadores de qualidade: as relações interpessoais, para que possa haver a integração entre comunidade escolar e local, o aperfeiçoamento contínuo dos profissionais que atuam na escola, o desenvolvimento do clima organizacional propício para a aprendizagem da comunidade escolar, a avaliação do desempenho dos sujeitos inseridos no processo educativo, a efetivação dos direitos e deveres estabelecidos nas leis que regem a educação, e a valorização e o reconhecimento do trabalho escolar por parte da comunidade escolar e local.

A gestão de serviços e recursos, diz respeito a promoção de condições, meios e recursos necessários ao bom funcionamento da escola e da sala de aula, ou seja, recursos pedagógicos, físicos e financeiros, sendo indicadores de qualidade: a captação e aplicação de recursos didáticos e financeiros, a organização dos documentos relacionados a vida escolar dos alunos e dos servidores que atuam na escola, a utilização adequada das instalações e recursos tecnológicos existentes; a preservação do patrimônio escolar; a interação da comunidade escolar e local, dentre outros.

Nesse contexto, o que mais tem se buscado na escola é discutir os processos democráticos, os quais recaem sobre a gestão escolar. Assim sendo, a gestão democrática nas escolas tem sido tema bastante discutido atualmente no país, se iniciando as reflexões, com



maior ênfase a partir da Constituição cidadã de 1988, que destaca um dos seus princípios, no Artigo 206, inciso VI, “que é a gestão democrática”. O mesmo princípio é reforçado e desdobrado em outros expressos na LDB N.º 9394/96. Em seu artigo 14 no qual defende que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público, na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Assim, o que se busca efetivamente é que os sistemas de ensino em todo o país busquem atender a estes princípios de forma efetiva, como forma de pensar as condições que promovam a permanência dos alunos da EJA atentando para o entendimento consciente das condições de gestão que fortaleça os laços entre comunidade e escola enfocando no protagonismo desse público ávido por participação e autoria nos processos de ensino e aprendizagem. Sobre isso debruçaremos ao analisar o teor dos discursos dos gestores educacionais, dos professores e de alunos da EJA do município de Bonito/BA, com o objetivo de analisar como a gestão democrática pode contribuir para possibilitar que professores e alunos permaneçam na modalidade da EJA diante das adversidades próprias da modalidade, refletindo como a gestão sendo ela participativa contribui ou não para a permanência e qualidade das aprendizagens dos alunos.

GESTÃO DEMOCRÁTICA: CONDIÇÕES PARA ASSEGURAR A PERMANENCIA DE ALUNOS E PROFESSORES NA EJA

Esta pesquisa ainda em estágio inicial diante do enfoque que ela pretende abordar, neste caso, a gestão democrática no âmbito da permanência escolar especificamente na EJA, tem como objetivo analisar como a gestão democrática pode contribuir para esta permanência dentro dos padrões de qualidade que se busca pelos discursos recorrentes. Todavia, como sabemos a gestão democrática, por sua vez vem sendo bastante discutida, embora pouco efetivada na prática, mas que tem despertado o interesse de pesquisadores desde a abertura possibilitada pela Lei 9394/96.

O interesse pela gestão democrática vem de longo tempo, mas o enfoque na permanência é mais recente. Tomamos contato com ele a partir do I Congresso Nacional de Programas Educativos para Jovens, Adultos e Idosos, realizado em maio de 2015 na



Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro em Campos dos Goytacazes/ RJ. Neste encontro, a discussão da permanência escolar com enfoque na EJA toma corpo e se prolonga a partir do GT do Professor Dr. Gerson Tavares do Carmo, discussão que se aprofunda quando da entrada no grupo operativo Permanência em Foco/GEPEX sob a liderança do professor Gerson Tavares.

Assim, com o propósito de trazer para o centro da discussão a permanência e não mais a evasão, é que escrevemos este artigo analisando como a gestão sendo ela democrática poderá contribuir para assegurar a permanência não só de alunos da EJA, como também dos professores desta modalidade de ensino tão marginalizada e vista quase que hegemonicamente pelo viés da evasão. A pesquisa de natureza qualitativa, do tipo Estudo de caso, no qual a coleta sistemática de informações foi precedida por uma imersão dos pesquisadores no contexto estudado, por meio da observação direta e de questionários para gestor, professores e alunos. A ênfase foi dada à gestão como forma de conhecer a atuação dos gestores, atentando para a presença ou não das formas democráticas de gestão e através desta, conhecer as possibilidades de assegurar a permanência de alunos e professores.

Contudo, antes de analisarmos a concepção de gestores, professores e alunos, faz-se necessário, apontarmos a importância do estudo da permanência em detrimento da evasão tão massificada pelos estudos da cultura da escola e cultura escolar, principalmente da EJA, que é filha e vítimas da evasão.

Nesse sentido, começando justamente pela palavra **evasão** a qual significa - ato de evadir-se; fuga. 2. Saída, abandono, desistência; não permanência de algo ou alguém (em um local, situação): evasão escolar. Permanência por seu turno aparece como antônimo de evadir-se, pois, quem não sai de algum lugar ou de alguma situação, fica ou permanece onde se encontrava. Portanto, permanência vem do verbo **permanecer** que significa- continuar a ser ou ficar; conservar-se: permanecer quieto, permanecer calado. 2. Demorar-se. 3. Persistir.

Como sabemos as causas da evasão escolar são inúmeras, sendo ocasionada por fatores externos ligados aos contextos socioeconômicos e familiares, ou seja, pela cultura escolar até os internos ligado a cultura da escola. Todos esses fatores têm contribuído para excluir milhares de alunos do sistema escolar nos vários níveis de ensino, principalmente no Ensino Fundamental e Médio.

Estes alunos evadidos no decorrer desses dois níveis um dia voltam para a escola com as mais diversas experiências de vida. Quando retornam a escola, na maioria das vezes



buscam resgatar o tempo que julgaram perdido por terem as suas histórias estudantis interrompidas. Estes alunos são na sua grande maioria o público da EJA. Pois retornam em condições muito semelhantes as que fizeram sair. Muitos já são mães e pais de família. O que torna esta situação mais um agravante, acentuando a necessidade da modalidade ser ofertada no turno noturno, dando ao público da EJA a possibilidade de conciliar arduamente as duas realidades, de estudo e trabalho, motivo pelo qual a modalidade precisa ser olhada de forma específica para ser atendida dentro desta adversidade toda.

O combate a evasão em todos os níveis parte do princípio de interromper o abandono escolar e, portanto, a saída precoce do sistema escolar sem concluir os estudos. Quando a evasão acontece na EJA ela ganha um sentido ainda mais trágico, pois parte dos alunos desta modalidade voltaram à escola após serem vítimas dos vários processos de exclusão que levaram a evasão. Evadi-se novamente leva-nos a pensar e repensar sobre a mudança de foco, pois, se já é conhecido os vários motivos da evasão, faz-se necessário agora pensar acerca do sentido do seu posto, a permanência, pois para todos os níveis a evasão é algo denunciador das precárias situações que vive a educação brasileira por consequências das condições sociais, econômicas e culturais do nosso povo.

Os documentos oficiais legais mencionam a permanência na educação em oposição à evasão, quem não evade permanece. Mas o que significa permanecer no sistema escolar que mais promove a exclusão que a sua inclusão? O que significa permanecer na EJA, onde a reincidência da evasão é constante? O que leva os alunos que retornam a permanecerem mesmo encontrando as mesmas ou piores condições de ofertas educacionais?

Estas e outras questões levam-nos a refletir sobre a diferença que há entre o combater a evasão e a promover a permanência na escola. Essa diferença não é apenas do enfoque no uso das palavras que são usadas na literatura educacional como opostas. A mudança ocorre em várias frentes, entre elas na postura epistemológica de produção de conhecimentos que sustentam os vários sentidos que a permanência traz historicamente; nas posturas políticas e sociais na forma de tratar inclusive o problema da evasão, pois temos pensado no aluno evadido e nas causas que tem levado a isso, mas temos esquecidos de investigar e conhecer o que levou aos que não evadiram a permanecer.

Essa conta parece fácil, quem não se evade permanece, e permanece quem fica e dar continuidade aos seus estudos. Com isso, quase não questionamos para sabermos quais os verdadeiros sentidos desta permanência, os quais como se sabe, não são poucos. Eles por sua



vez pode inclusive revelar a face oculta da evasão que pouco se conhece ou não se quer conhecer.

A tabela a seguir nos dar uma visão do número dos que permanecem e dos que evadem. Como já é sabido, é muito alto o numero dos que evadem, se agravando mais nos primeiros tempos formativos. Nas ultimas séries pelo fato de estarem para concluírem supõe que há uma maior resistência aos fatores condicionantes da evasão, talvez o próprio nível de consciência da necessidade da conclusão.

Tabela 1 – Indicadores acadêmicos da EJA em Bonito no ano de 2015

Série	MI	TM	AP	%	REP	%	MF	TRANSF	%	EVAD	%
5ª/6ª	58	60	18	30,5	05	8,5	23	01	1,70	36	61
7ª/8ª	124	131	74	59,7	05	04	79	07	20	45	36,3
1º/2º	35	35	27	79,4	01	2,9	28	01	2,80	06	18,2
3º ano	22	22	20	91	--	--	20	--	--	02	09
TOTAL	239	248	139	92,7	11	7,3	150	09	3,6	89	35,9

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

A tabela revela-nos, que além dos indicadores de evasão ser muito alto, para as primeiras séries do ensino Fundamental, outro elemento preocupante, que é o fato de no ano de 2015 não haver matrículas para as séries do Ensino Fundamental I. Para o estudo da permanência o foco de atenção se deu para a EJA Ensino Médio, onde incide os menores percentuais de transferidos e evadidos.

Portanto, dos questionários aplicados o maior número de respondentes incide nesse nível de ensino dentro da modalidade. Foram aplicados a 48 alunos, destes 06 alunos estudam na 5ª e 6ª séries, 16 alunos na 7ª e 8ª séries, 12 alunos 1º e 2º ano do Ensino Médio e 14 alunos do 3º ano também ensino Médio. Os discentes na sua maioria pertencem ao sexo feminino, 26 alunas para 22 alunos. Como sabemos segundo a legislação está apto a se matricular na EJA alunos que já completaram 15 anos para o Ensino Fundamental e 18 para o Ensino médio. Nesse sentido, as faixas etárias variam entre os 15 aos 30 anos de idade. Quanto ao tempo que ficaram sem estudar, 21 discentes responderam que nunca pararam de estudar, o que nos leva a crer que tiveram seus percursos marcados com fracassos escolares nas séries regulares migrando então para a EJA pela suposta “facilidade e redução do tempo



de conclusão, devido à junção das séries. Entre as 27 pessoas que ficaram sem estudar por algum tempo, registramos entre eles, alguns que ficaram parados sem estudar durante 18 anos. Tempo considerável, tanto pela idade em que foi obrigada a parar, tanto pelo tempo que demorou até o retorno.

Assim, apresentamos sucintamente o quadro em que se apresenta a EJA no município de Bonito, com destaque para as questões que se referem à evasão e a permanência com um quadro bem geral da situação atual. Agora, entraremos na análise sobre a gestão, o entendimento dos gestores sobre gestão democrática e a relação que esta pode se estabelecer com a EJA que seja facilitadora ou mesmo promotora da permanência dos alunos e professores nesta modalidade.

O município de Bonito possui quatro escolas que atende a EJA, uma na sede e três nos povoados. Portanto, aplicamos o questionário com os quatro gestores, destes, três, dois são sexo masculino e uma do sexo feminino, com faixa etária entre 30 e 41 anos, com formação em Magistério, Pedagogia, Língua Espanhola e História, com experiência a frente da gestão da EJA que variam de 2 a 8 anos. A maioria das escolas tem à frente da gestão no turno noturno, os vices-gestores, já os gestores trabalham suas 40 horas no turno matutino e vespertino, como é o caso da escola da sede em questão, ficando o turno em que funciona a EJA para seu vice. Nessa mesma direção, segue o ingresso no cargo de direção que não acontece de forma democrática, sendo este por indicação do gestor municipal. Da mesma forma, todas as escolas pesquisadas estão com seus PPP em construção ou em fase de sistematização, apesar de possuírem Regimento interno, Associação de pais e mestres e realiza conselhos preventivos por unidade e o certificativo no final do ano.

Com relação ao PPP, observamos que nenhuma delas trata a EJA em capítulo específico para retratar das suas características, público alvo e especificidades. Isso sem dúvida é uma realidade da maioria das escolas que além da EJA agregam outras modalidades tidas como regulares. A atenção é dada as demais, ficando esta modalidade para segundo plano ou invisibilizada em quase todas as questões que envolvem a política da secretaria ou da própria escola onde elas são oferecidas.

Todas essas questões de PPP e da EJA envolvem a concepção que os gestores têm desta modalidade, pois a maioria pensa que essa modalidade é ofertada apenas como uma oportunidade para aqueles que não tiveram oportunidade ou lhes foi negado o direito na idade certa ou porque é ofertada a noite possibilitando quem trabalha e voltar a estudar e concluir os



estudos. Apenas um diretor acrescentou que é a oportunidade de inserção social destes alunos que fora por algum motivo excluído do sistema educacional no passado.

Nesse sentido, a primeira preocupação que a gestão precisaria ter é procurar entender o verdadeiro sentido da modalidade e das formas de garantir que o direito uma vez negado por inúmeros fatores sejam agora recuperados com autonomia e cidadania fazendo da permanência não apenas frequência, como ficou claro em vários depoimentos. Pois, a permanência é compreendida como sinônimo de segurar os alunos até o final do ano sem evadirem-se. Mas, o que fazem desta permanência ou frequência não foi dito, nem nos depoimentos, tão pouco no documento principal da escola, que é o PPP, que não há o tratamento específico para esta modalidade. Portanto, se não há diretrizes direcionadoras da condução de um projeto pensado e construído para atender a esta modalidade, entende-se que a gestão tropeça na própria gestão, que para tal precisa se orientar pelo seu próprio projeto em consonância com o projeto específico da modalidade que se pretende gerir.

Assim, a concepção que esses gestores têm da EJA é muito importante para conduzir uma gestão que promova a permanência com qualidade, entendendo os motivos dos retornos e as dificuldades vivenciadas por estes alunos. É necessária uma concepção mais ampla sobre esta modalidade para evitar estereótipos que mais servem para esconder e mascarar a realidade social destes alunos que a compreensão coerente e contextualizada desse público e suas especificidades formativas, sociais, culturais e principalmente políticas.

A partir dos depoimentos os gestores de maneira geral, acreditam que a gestão escolar em EJA pode ser definida como o envolvimento da comunidade local e escolar a partir do estabelecimento das finalidades e objetivos, garantindo à escola, o papel de transformação social. Sobre a gestão democrática nesta modalidade, acredita na implementação na escola, de mecanismos de participação da comunidade escolar e local, tais como: eleição direta para diretor, grêmios estudantis, conselho escolar. Muito marcante na fala do gestor é o referente à gestão escolar em EJA e sua eficácia, para ele só existe quando há liderança pedagógica propositiva, firme, competente profissionalmente, que valoriza o desempenho tanto da equipe escolar quanto dos alunos.

Os gestores apontaram três aspectos que podem ser considerados positivos para a gestão democrática na EJA: a relação entre gestão e comunidade escolar local, busca de parceiros, e a garantia de participação em projetos extracurriculares. Já sobre os aspectos negativos: consideram a falta de capacitação de professores para atuarem na EJA, falta de



parcerias para apoiar as ações desenvolvidas pela escola e falta de formas para reduzir a evasão.

Acerca do envolvimento e participação da comunidade, aponta como mecanismos importantes a associação de pais e professores, o conselho escolar, o conselho de classe e o grêmio estudantil. Assim sendo, considera a atuação da comunidade um fator imprescindível para melhoria da gestão, porém o que temos presenciado é a falta de ação da escola no tocante a promoção desta participação da comunidade de forma efetiva e planejada.

No tocante á concepção dos professores pesquisados, estes acreditam na eficácia da gestão, desde que exista a capacitação centrada na prática, focalizada nos resultados e dificuldades, envolvendo a equipe como um todo e com certo controle da própria escola sobre conteúdos e metodologias da capacitação. Assim, para eles, o gestor, a equipe técnica e os professores deveriam participar das deliberações no âmbito administrativo, pedagógico e financeiro da escola como todo. Da mesma forma, defendem que a construção do PPP com a inclusão da EJA deve ser pensada por iniciativa da escola, envolvendo direção, equipe pedagógica e professores, pais e principalmente os alunos desta modalidade que na maioria já são pais e mãe de famílias com objetivos claros sobre o que querem após anos de afastamento e negação de direitos educacionais.

Quando perguntados sobre as principais dificuldades encontradas na prática profissional da EJA, tivemos um repertório variado de respostas. Entre elas tivemos: indisciplina, violência dos alunos, evasão, desistência, a falta de interesse, falta de tempo para pesquisa por parte dos alunos, falta de investimento das políticas públicas, falta de materiais didáticos específicos, falta de formações específicas para o ensino, por se depararem com diferentes alunos com diferentes deficiências em relação a aprendizado.

Percebemos que os recursos materiais e didáticos são providenciados pelos próprios professores, pois alegam dentre as principais dificuldades as referentes à falta de apoio e material específico. Isso demonstra que os professores fazem o possível para conseguir atender da melhor forma essa modalidade, mas se sentem sozinhos e sem o apoio necessário por parte do órgão público para que suas angústias sejam atenuadas e não recaiam sobre suas costas todas as mazelas da EJA como ficou parecendo nos depoimentos.

A partir dos depoimentos, principalmente dos gestores, podemos considerar que muitos gestores têm se esforçado na direção de um discurso da gestão participativa, que



agregue a comunidade escolar e seus profissionais, atribuindo-lhes responsabilidades. No entanto, sabemos que não é tarefa fácil, pois a prática é composta de múltiplos fatores que a condicionam, entre eles a própria cultura da participação que a comunidade precisa ter, o que não é conquistada sozinha, senão com a ajuda da própria escola, que em seu PPP deve lançar metas para a inserção da comunidade presente na escola discutindo e debatendo seus problemas, desafios e soluções.

Os alunos de maneira geral nos informaram acerca dos motivos que pararam de estudar, o porquê dos seus retornos, os quais já são conhecidos pela literatura da EJA e suas especificidades. Como a necessidade de trabalhar para ajudar a família, casamento, falta de apoio da família, condições financeiras e saídas para outra cidade em busca de melhores condições de vida. Já com relação ao que levou a regressarem as salas de aulas, temos como resposta: o apoio dos amigos, a tentativa e possibilidade de recuperar o tempo perdido, para poder ajudar os filhos nas tarefas de casa, pelo tempo reduzido de conclusão, por ter que trabalharem durante o dia e a necessidade de se qualificar e prosseguir estudos para adquirirem uma profissão.

A análise das falas dos gestores, professores e alunos levam-nos a refletir sobre a importância de ambos conhecerem a modalidade e suas especificidades para serem capazes de empreender medidas que promovam a permanência de alunos e professores. Como vimos gestores e professores sabem muito bem da importância das formas de organização, planejamento e promoção da participação da comunidade escolar. Esta participação sem dúvida quando ocorre de forma efetiva na escola eleva a auto-estima e promove o protagonismo dos alunos e dos professores também, pois na maioria das vezes estes se sentem sozinhos na caminhada, sem o devido apoio para levar adiante seu projeto de ensino que verdadeiramente não só promova a aprendizagem, mas a inclusão social para a emancipação destes alunos já marcados por fracassos escolares de várias formas.

Não dar para pensar outra forma de conduzir uma gestão em EJA senão pelo viés democrático e participativo. Primeiro porque estes alunos já vivenciam situações de protagonismo em suas experiências de vida, já sentem o peso da responsabilidade e já podem tomar para si, juntamente com a comunidade escolar, atividades que os engrandecem e os motivem a persistir e continuarem a estudar mesmo com todas as dificuldades que são inerentes a sua condição de regressos à escola.



Portanto, conhecer a fundo o público da EJA, tanto professores quanto alunos a partir dos motivos que fizeram continuar e não desistirem é fundamental para inclusive promover a redução da evasão, pois é certo que os motivos que os fazem desistirem são os mesmos que os fazem ficar, porém com a lógica ao contrario, ou seja, quem permanece precisa arduamente enfrentar e vencer os motivos que os levariam a evadir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação, garantida pela Constituição Federal de 1988, como direito de todos e dever do Estado e da família, ainda peca pelo não-acesso para muitos e pela precariedade das condições, sejam elas de acesso ou de permanência, para muitos outros. A escola, enquanto espaço de educação formal, só tem sentido quando oferece condições de formação humana e de aprendizagem significativa, oportunizando aos alunos conviver e viver com todas as diferenças existentes dentro da escola e fora, afinal a escola é uma extensão da vida. Quando a escola não reconhece, não valoriza e não integra os saberes, as capacidades e a cultura (das crianças, jovens, adultos e de suas comunidades) ela consolida a exclusão e situação social, negando um direito e invisibilizando a cultura local.

Percebe-se que a gestão democrática por meio da participação dos alunos e dos professores reforçaria a identificação com a escola, a motivação para os estudos e confiança desses alunos que trazem consigo histórias de fracasso escolar, seja por negação de direitos seja por tantos outros motivos. Assim, entendemos que a gestão democrática, efetivada nos moldes da Lei, se configura como possibilidade de permanência dos alunos e dos professores da EJA, fortalecendo vínculo, e superando as dificuldades próprias da modalidade, tanto para os professores como para os alunos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. A pedagogia multirracial popular e o sistema escolar. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações étnico-raciais**. Belo Horizonte: Autentica, 2007. p. 11-130.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Ministério da Educação. Esplanada dos Ministérios. Brasília. Distrito Federal, 1988.

_____. Presidência da República. **Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Publicada no Diário Oficial de 23 de



ALFAEJA
III Encontro Internacional de Alfabetização
e Educação de Jovens e Adultos

dezembro de 1996. Disponível em <http://www.mec.gov.br/legis/default/shtm>. Acessado em: 10 de junho de 2014.

_____, LDB. **Lei nº 9394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em www.planalto.gov.br. Acessado em: 12 de junho de 2014.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer?** Teoria e prática em educação. 2002

_____, M.; ROMÃO, J. E. **Autonomia da escola:** princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 2000.

LIBANEO, Jose Carlos. **A organização e a Gestão da Escola:** Teoria e Prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LUCK, Heloisa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora

VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola** – Uma construção Possível. Campinas, SP: Papirus, 1997.